O PAPEL DA EDUCAÇÃO NAS SOCIEDADES AO LONGO DA HISTÓRIA

ANA CAROLINA DOS SANTOS MARQUES

Resumo
Este artigo propõe uma análise histórica do papel da educação na constituição das sociedades modernas, com enfoque nos processos de transformação social, política e cultural. A abordagem parte da ressiginificação da educação na era moderna, passa por sua evolução no Brasil — desde o período jesuítico até os grupos escolares republicanos e o movimento da Escola Nova — e culmina em reflexões sobre os avanços e limites dessas mudanças. Com base em uma abordagem historiográfica e interdisciplinar, o estudo evidência a relação entre educação, poder e cidadania em contextos distintos.
Palavras-chave: Educação, Poder, Escola.

Introdução

O início da Era Moderna (séculos XVI e XVII) foi cenário de importantes revoluções em diversos âmbitos da sociedade - geográfico, econômico, político, social, ideológico, cultural e pedagógico -, algo que era inexistente na idade média. Tais mudanças tiveram implicações principalmente na esfera educacional, pois a formação humana passou a seguir novos rumos, novos valores; transformações essas no sentido laico e racional, visando o mundo e a organização dos saberes. São mudados, assim, os fins da educação, destinados a um indivíduo ativo na sociedade, "[...] indivíduo mundanizado, nutrido de fé laica e aberto para o cálculo racional da ação e suas consequências" (CAMBI, 1999, p. 202).
Comparando a Idade Média com a Idade Moderna, podemos apontar diferenças significativas nas duas maiores instituições educativas: a família e a escola. Instituições essas que são destinadas a ser pontos de desenvolvimento de gerações futuras. Assim, é de se notar que as mesmas abrangem grande parte da vida de aprendizado dos indivíduos, principalmente na modernidade quando a instituição escolar ganha legitimidade na sociedade.
Na idade média, o ambiente familiar era bem amplo e disperso, composto por diversos núcleos, funcionando como uma espécie de uma micro empresa deixando a desejar por muitas vezes um ambiente de afetos e investimentos para a criança. Diferentemente, o ambiente moderno é composto, na maioria das vezes, por famílias mais nucleares (pai, mãe e filhos), tendo a característica de um ambiente de afetos em que o "sentimento da infância" faz cada vez mais da criança o centro-motor da vida familiar" (CAMBI, 1999, p. 205). Antes da Modernidade não se tinha conhecimento das particularizações infantis, não havia uma distinção de faixa etária sobre determinadas tarefas sociais, porém isso não significava que as crianças eram desprezadas ou negligenciadas, apenas não existia um devido cuidado com a infância. O surgimento do sentimento de infância não expressa afeiçoamento pelas crianças, mas sim o conhecimento de que existe uma individualidade infantil, sendo essa particularidade o que diferencia a criança do jovem e do adulto.
Nesse sentido, dois sentimentos podem ser listados sobre a invenção da infância, primeiro é a "paparicação", ação feita pelos adultos nas crianças pequenas mediante as suas atitudes. O segundo é a "exasperação", sentimento tão novo quanto o sentimento de paparicação, quando se tem a percepção que a infância é a idade da imperfeição, sendo necessário corrigir as crianças e fazer delas humanos racionais e cristãos. A partir desse momento histórico a criança havia assumido um lugar central dentro da família, no qual tudo o que dizia respeito às crianças era um assunto de extrema importância e digno de atenção. O sentimento de família surge juntamente com o sentimento de infância, sendo tarefa da família cuidar, educar e disciplinar as criaturas frágeis, que devem ser preservadas e disciplinadas.

2. A ressignificação da educação na era moderna

Alguns elementos influenciaram o surgimen-

to da pedagogia, como a reforma protestante, a contra reforma, o novo sentimento de infância e o problema urbano. Com a reforma surge a necessidade de educar o povo para ler e interpretar as sagradas escrituras que antes eram lidas apenas por aqueles designados a fazer o intermédio entre Deus e o povo. Martinho Lutero (1483-1546), então, enfatiza a necessidade da criação de escolas elementares para educar as crianças,e determinando por vez a escolarização em massa, de modo que construir uma igreja passou a ser construir uma escola também.
Por sua vez, a contrarreforma foi também um movimento de grande importância no âmbito educacional, já que a mesma se rendeu a utilizar a leitura como forma de evangelização. Um bom exemplo disso é a formação de comunidades jesuíticas, com a necessidade de combater o protestantismo.
Ainda, no século XVII um novo sentimento também contribuiu para o surgimento da pedagogia, sendo esse "o novo sentimento de infância". Sentimento que se torna uma preocupação moral, tendo então a necessidade de criar escolas para educar e corrigir essas "frágeis criaturas de Deus", segundo Ariés (1981). Com o novo sentimento de infância nota-se uma grande preocupação em relação à juventude, a qual era composta por inúmeros indivíduos desocupados e desprovidos de instrução. A partir disso a escola é vista pela primeira vez como uma utilidade social, diferentemente do Renascimento em que a escola era reservada apenas para elite e não era vista como um agente de melhoria social.
Com a chegada de muitas crianças às escolas, tornam-se necessários novos métodos de ensino, pois ensinar para grandes grupos de crianças requer um saber a mais sobre disciplina, motivação, organização de classe, entre outros fatores, sendo necessário, assim, a instauração de um sistema de regras que visava englobar a totalidade da vida da classe, levando o saber pedagógico a um nível diferente. A pedagogia surge então como uma solução, sendo ela um estabelecimento de um método e de procedimentos detalhados e precisos para dar aula.

3. O percurso da educação no Brasil: da Colônia ao Império

3.1. Período Jesuítico

Desde a chegada dos portugueses, a Companhia de Jesus implementou uma educação fundamentada no Formalismo Pedagógico e no Ratio Studiorum, com currículo católico-humanista voltado à formação da elite afro-luso-colonial e à catequização dos povos indígenas.
O ensino jesuítico foi implementado pelo Formalismo Pedagógico que mostrava as contradições entre o formal e o real e, portanto, aceitava que o importante era a instrução parecer correta, embora não fosse de fato. Quanto à estrutura e ao currículo, tinham caráter católico, com herança "anti-científica" (do Ratio Studiorum, cuja proposta foi adaptada à realidade jesuíta no Brasil), de ensino humanista, que privilegiava a ascensão cultural da classe dominante e cujo "[...] método era único para os estudos escolares, dividido em dois graus, supondo domínio das técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo." (CAMBI, 1999, p. 261 apud ROSÁRIO; MELO, 2015, p. 385).
Foram estruturadas quatro grades de ensino: curso elementar, curso de humanidades, artes e teologia. "Os cursos de humanidades e artes eram destinados a formar padres e a elite dirigente local de dependência." (ROSÁRIO; MELO, 2015, p. 385). A educação era pública, pois era custeada pelo Estado Português, mas passou a ser prioritária apenas aos filhos dos colonos e não mais para os indígenas. Com o tempo, a forma de educação difundida passou a legitimar a divisão social do trabalho no país, privilegiando o trabalho intelectual em detrimento do manual. Com essa nova forma estabelecida, os sermões jesuítas ganharam muito valor, pois vislumbravam o público com uma linguagem simples e direta, capaz de incutir sentimento de culpa, arrependimento e a ideia de salvação pela misericórdia Divina e pelo catolicismo. O teatro e a música também eram utilizados para fortalecer a religiosidade e moral católica e, assim, os nativos adquiriram hábitos de trabalho europeus, sempre servindo às necessidades da colônia.

3.2. Período Pombalino

A partir de 1759, o Marquês de Pombal reformou radicalmente o ensino ao suprimir a influência jesuítica, instituir o ensino laico e público, valorizar o português e instaurar aulas régias com concursos para professores. Apesar disso, as reformas careceram de implementação efetiva, resultando em um sistema educacional desorganizado e marcado pela desigualdade.

No âmbito educacional, muitas foram as mudanças, pois a educação adquire a perspectiva de ser a plataforma mais firme para as possíveis e necessárias reformas sociais (sendo o homem formado apenas por intermédio dela). O ministro propôs reformas educacionais radicais ao passar a responsabilidade do ensino, que até então era da Companhia de Jesus, para a Coroa Portuguesa; ao destruir totalmente a Organização Jesuítica e seu método de ensino (considerado antiquado); instituindo aulas régias, penetração de línguas vivas e modernas; concursos públicos para professores; plano de ensino para as matérias; espaço para o desenvolvimento científico e, principalmente, o ensino público e laico.

Houve também, maior valorização da língua portuguesa; o latim passou a ser tratado como "encurtador de caminhos" para o ensino superior; surgiu a ideia de escolas públicas em todos os bairros, para que nenhum aluno deixasse de frequentá-las (inclusive as mulheres, que ganharam um plano de estudo específico para que melhor cuidassem dos lares).

Uma grande questão nessas mudanças foi que não haviam professores capacitados para tamanha modificação do sistema de ensino. É importante ressaltar que todo um sistema foi destruído e substituído, sem as devidas implementações das novas propostas. Pombal também tentou reprimir o espírito nacionalista que ganhava força na colônia e dois modelos de escola passaram a viger: a escola para os filhos dos nobres e burgueses, e a escola para os filhos das pessoas de camadas sociais menos abastadas.

Em que pese tantas mudanças, não houve ruptura total com o ensino jesuítico, e sim com o método até então aplicado por duzentos anos e que, apesar das críticas, logrou muito êxito. Apesar das ideias de Pombal serem atualizadas e bem intencionadas, não foram implementadas de fato. Todas as reformas aconteceram apenas em níveis formais. A educação no Brasil colônia passou por anos de desorganização e decadência e por isso a mudança foi considerada desastrosa.

3.3. Período Colonial

2.3 Período Colonial

Com essa imagem de desastre de um lado e a era republicana de outro, um hiato surgiu, fortalecendo a ideia de que o Império foi um período de desajustes. Porém, foi no Império que surgiram discussões sobre educar as camadas mais pobres da sociedade, incluindo negros, mulheres e índios; e sobre construir um ordenamento legal que estruturasse a educação com centralidade, inclusive colocando como obrigatória a frequência escolar para a população livre e atribuindo um papel social de relevância à escola para que bem formasse as novas gerações.

O desejo do Estado de legislar sobre a educação, tinha uma intencionalidade de atuação sobre a população. O Jornal Mineiro "O Universal", em 1985 estampava que "[...] é preciso que o povo seja livre para que possa escolher; é preciso que ele seja bem instruído para que faça a escolha certa." (O UNIVERSAL, 1825 apud FARIA FILHO; VEIGA, 2003, p. 137).

A "escola de primeiras letras" passa a ser tratada como "instrução elementar", incluindo no conteúdo básico, conhecimentos gerais e valores a serem passados para as próximas gerações. Teatros, jornais e livros foram adicionados no currículo, de modo que as classes inferiores tivessem a chance de se aproximarem das elites. Houve também a preocupação em criar um elo entre a instrução básica e secundária, com coerência, organicidade e modernidade para o Progresso Nacional.

O método até então aplicado era o doméstico, mas neste momento histórico, o método mútuo foi experimentado. Com ele, os pró-

prios alunos se tornavam auxiliares dos professores, poupando tempo e recursos. Apesar da inviabilidade deste método, por falta de professores formados, falta de recursos e de espaços específicos, houve um divisor de águas, comparado com o método anterior. Com o passar dos anos, o método misto passou a ser adotado, aliando vantagens dos métodos: individual e mútuo e com uma ampla quantidade de materiais pedagógicos.

O educador Jean-Henri Pestalozzi levantou questões sobre os ritmos de aprendizagem de cada aluno, de modo que o "método intuitivo" ganhou visibilidade, incentivando a observação sensível e melhor elaboração mental superior. Com isso, o aluno passa a ser visto como sujeito no processo de aprendizagem e, o professor, como mediador desse processo.

O Estado Imperial se fortaleceu, e com ele, a ideia da necessidade de espaços específicos para melhores resultados na instrução escolar. Como bem pontua Faria Filho, "a educação assume características de uma luta do governo do estado contra o governo da casa" (FILHO, 2003, p. 146), ou seja, buscou romper totalmente com a educação doméstica, incutindo uma função social ao ambiente escolar, respeitando questões higienistas levantadas pelos médicos da época.

3.4. O Império e a institucionalização escolar

No século XIX, o Império iniciou discussões sobre a democratização educacional e a obrigatoriedade escolar para a população livre. A adoção do método mútuo e, posteriormente, do método misto, marcou a tentativa de modernização pedagógica ao reafirmar a importância do professor como mediador e do aluno como sujeito ativo, projetando a escola como instrumento de progresso civilizatório.

4. Ideais republicanos e o pensamento escolar moderno

4.1. Grupos Escolares

A República Brasileira se consagrou com um ideal de Estado laico. No que diz respeito à educação, pregava-se a escolarização seriada com um currículo enciclopédico, que visava a educação como arma de luta política que enunciaria um novo projeto social. Era imprescindível para esse novo regime que a educação alcançasse o povo. Tanto por uma necessidade política quanto social, pois exerceria também uma forte atuação no controle e ordem social (SOUZA, 1998). Para Reis Filho (1981), a escola pública parecia ser o único meio de evitar a ruína republicana. Estudiosos afirmavam que, para a consolidação e sustento do regime democrático, era necessário que a educação popular tivesse um vínculo intrínseco com a república. Muitos desses ideais republicanos ligados à educação foram inspirados no sucesso europeu e principalmente norte-americano de ensino. Por conseguinte, a educação popular deveria se consolidar no que havia de mais moderno no século XIX para o XX.

A crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (con)formador dos indivíduos. Potência criadora do homem moral, a educação foi atrelada à cidadania, e, dessa forma, foi instituída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão [...] (Souza, 1998, p. 26).

A partir de 1890 foram realizadas diversas medidas de reforma na instrução pública, a começar no Estado de São Paulo. Nesse contexto, "em um projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular" (SOUZA, 1998, p. 30), foi concebido os grupos escolares, inspirados nas escolas graduadas européias (Alemanha, Inglaterra e França) e estadunidenses, nas quais as salas eram grandes e homogêneas e o pensamento regente era o de educar o máximo de alunos possíveis com o menor custo (um professor em cada sala) e menor tempo. Nesse contexto nasce o conceito de repetência.

A implementação dessa nova realidade escolar acarretou em profundas mudanças na educação pública estatal e na história da educação brasileira. (Souza, 1998) Os grupos escolares tinham por finalidade reunir várias escolas espalhadas em um único edifício adequado. Os alunos seriam divididos em classes (divisão feita por nível de aprendi-

zagem que, em sua maioria, condizia com a idade) e cada sala de aula seria regida por um professor qualificado. O conteúdo seria agora enciclopédico e as aulas aconteceriam em tempo integral. Neste projeto salientava-se finalmente o acesso obrigatório à educação. Dentre as reformas previstas, os republicanos acreditavam na reforma dos métodos e na reforma dos mestres. O método de destaque nessa nova onda de organização educacional foi o método intuitivo, vulgarizado como lição das coisas. No que diz respeito à reforma da formação dos professores, foi criada a Escola-Modelo. Acreditava-se na formação prática do professorado, ligado ao método intuitivo. Sob essa perspectiva, a Escola-Modelo era uma escola de práticas dos alunos da Escola Normal.

Em 1892, no documento da primeira reforma da instrução pública no Estado de São Paulo, as escolas graduadas constavam no plano, porém não foram criadas. O que a reforma também definiu foram as diretrizes gerais para educação pública paulista durante suas primeiras décadas. Em 1893, porém, o deputado Gabriel Prestes discursa sobre a necessidade da implementação das escolas graduadas, usando argumentos que defendiam o que a escola graduada previa (divisão de trabalho, instrução da população, vantagens financeiras e pedagógicas, reunir as escolas próximas em um só edifício). Foram criados, então, os grupos escolares, em 1894.

Cada grupo escolar poderia comportar de 4 a 10 escolas isoladas e seria regido pela quantidade de professores referentes a agrupamentos de 40 alunos, contando também com adjuntos necessários a critério da diretoria. Os alunos seriam distribuídos em 4 salas, para cada sexo, correspondentes ao 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar. Para a direção, o governo nomearia um professor da mesma escola diplomado pela Escola Normal. Nos grupos escolares poderiam funcionar no mesmo edifício escolas do sexo masculino e do feminino, 'havendo completa separação dos sexos' (Souza, 1998, p. 47). É percebido, com isso, que educação para o sexo feminino foi estabelecida igualmente à educação ao sexo masculino. Mas era, ainda, proibida a mistura dos dois. Quanto ao currículo, percebemos que ele se efetiva de maneira mais enciclopédica. Incluindo geografia, química, história do Brasil, geometria prática, entre outros. O regulamento obrigava os grupos escolares a seguir a organização e o método das escolas modelo do Estado. Com isso, a Escola-Modelo ressignificou-se. Era modelo tanto para alunos da Escola Normal quanto para os grupos escolares.

Não podemos ser simplistas, grupos escolares reuniam várias escolas em um único edifício em núcleos urbanos, dificultando o acesso à população residente da periferia e campo. Percebemos assim que essa política educacional não considera relevante que aconteça mudanças também no campo, onde 70% do Estado residia. Nas zonas rurais haviam somente escolas isoladas. E eram justamente nessas escolas que faltavam materiais escolares, livros, salas adequadas e salário para professores. Outras falhas foram observadas e criticadas por professores de referência internacional, mas mesmo assim os grupos apresentavam características inovadoras e outros estados brasileiros começaram a implementar grupos escolares.

4.2. Escola Nova

A partir da pedagogia de John Dewey e do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), emergiu um modelo reformista que favorecia a educação popular e o despertar moral do cidadão. Apesar do discurso democrático, as reformas reproduziam tensões entre inclusão massiva e manutenção de privilégios de elites escolares. O escolanovismo trouxe uma reorientação profunda na educação brasileira, influenciando o currículo, a formação docente e a estrutura escolar moderna (como os grupos escolares e a escola integral). Mesmo sob fortes resistências, suas ideias abriram caminho para reformas nos anos seguintes e permanecem referenciadas até hoje em discussões sobre educação pública e democrática.

Em âmbito internacional, o liberalismo foi ganhando uma nova dimensão, foi considerado como reconstrutor social (OLIVEIRA, 2004). John Dewey foi o criador de uma pedagogia que ficou conhecida como Escola Nova, em que visava uma educação "que propunha um modelo escolar de cunho re-

formista, necessário a uma sociedade com tendências a produzir privilégios e desigualdades, mas que subsiste pela expectativa de mudança e ascensão social." (OLIVEIRA, 2004, p. 951) No Brasil, diversos educadores aderiram a esse pensamento. O primeiro arquivo brasileiro que continha ideário dessa ideologia foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Este documento defendia o acesso à escola para todas as crianças e que atingisse também as camadas populares de forma geral, porém com a seguridade somente dos 7 aos 15 anos, e que este acesso seria garantido pelo Estado. Oliveira faz uma análise crítica sobre esta primeira representação ideológica:

Esta "tangente burguesa" defensora da escola pública, como gostava de nomear o cientista social Florestan Fernandes, tinha como referência dois significados básicos e contraditórios da democracia moderna: a definição de democracia em sentido descritivo, como forma de governo e modo de vida de uma sociedade de mercado capitalista; e a definição da democracia em sentido normativo, como forma de governo e modo de vida de uma sociedade interessada em garantir, para todos os seus membros, a liberdade necessária à concretização e ao desenvolvimento de suas capacidades (GARCIA, 2002). Esta corrente tinha como ideal um sistema de ensino em que a educação popular de massas e formação especializada apareciam como complementares, sendo, portanto, um mecanismo eficiente e não autocrático de recrutamento dos mais capazes indivíduos de todas as camadas (Oliveira, 2004, p. 952).

Essa concepção valida um ideal que acredita no descobrimento do "grande homem, o cidadão útil" através da educação, alcançando até as camadas mais populares da sociedade. (Oliveira, 2004). Subsiste, assim, o parecer elitista em que o necessário seria a formação dos futuros líderes condutores (Oliveira, 2004).

5. Considerações finais

Como vimos, no âmbito global e nacional, às finalidades educacionais, o público atingido e os métodos pedagógicos sofreram grandes alterações durante o tempo, atreladas a questões políticas e sociais. As grandes rupturas e mudanças estruturais nas sociedades humanas atingiram todo o modo como a Educação e seus mecanismos são vistos e trabalhados.

Na passagem para a Modernidade as mudanças estruturais também atingiram a Educação, a preponderância religiosa perde parte da sua antiga força e se altera. O monopólio da leitura pela antiga elite intelectual clerical se rompe na Reforma; a estrutura familiar tipicamente feudal também se altera e com isso a visão de infância emerge e com ela a necessidade de instrução desses jovens; a massificação do público que agora passa a ter o direito e acesso ao estudo criam novas necessidades e desafios pedagógicos.

No Brasil tivemos a princípio a educação atrelada às Ordens religiosas, com destaque para a Companhia de Jesus, atingindo os colonos e indígenas no projeto de catequização do povo originário. Assim foi, até as reformas pombalinas que tentaram tomar o processo educacional para o Estado, mudando a estrutura e assim o laicizar. Essa ideia se aprofunda e ganha ainda mais escopo no Império, a Educação serve a um propósito: a formação do indivíduo que caiba na visão de povo adequado ao Império. E temos nesse período a mudança mais significativa, os esforços para a passagem da educação doméstica para o ambiente escolar efetivamente.

A República dá novos contornos a toda essa questão, e aqui definitivamente a educação tem finalidade bem definida na construção do cidadão adequado a esse Estado que busca se consolidar.

Com tudo que foi dito, a ressalva deve ser acentuada sobre a amplitude de todas essas mudanças, sobretudo quanto ao público efetivamente atingido, que durante todo esse tempo foi bem diminuto e ainda seria assim por muito tempo, principalmente no que tange a população rural e a geografia desse processo, sem dúvida focalizado nas cidades mais prósperas, como São Paulo e Rio de Janeiro.

De maneira geral, nota-se como essas gran-

des mudanças no sistema pedagógico, na ideia e finalidade da Educação, na escolha do público que deveria ser atendido ou não, se atrelaram às grandes mudanças estruturais do Estado e da sociedade: a mentalidade da época e as grandes alterações políticas. Passamos de uma sociedade altamente atrelada à religião, para a busca da razão e da ciência, e da separação de Estado e Igreja, com esse Estado tomando o papel de responsável pela educação do seu povo. Tivemos a ampliação do público, de pequenas elites, para um crescente interesse na educação popular, com diferentes finalidades ao decorrer do tempo; o ganho do direito do público feminino de receber também essa instrução; a necessidade da escola como ordenadora de uma sociedade capitalista que necessita escamotear desigualdades construindo a falsa ideia da possibilidade de que todo cidadão tem o direito e a possibilidade do desenvolvimento de suas capacidades; e ainda, como legitimadora da democracia e criadora de cidadania.

Referências

ARIÈS, P. Conclusão: Os dois sentimentos da Infância. In: ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981. p. 156-168.

CAMBI, F. Características da educação moderna (Terceira parte). In: CAMBI, F. História da Pedagogia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p. 195-207.

CUNHA, M. V. A escola contra a família. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. V. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 447- 468.

FARIA FILHO, L. M.; Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. V. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 135-150.

MACIEL, L. S. B.; SHIGUNOV NETO, A. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, set./dez. 2006.

ROSÁRIO, M. J. A. do; MELO, C. N. de. A educação jesuítica no Brasil colônia. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 61, p. 379-389, mar. 2015.

SOUZA, R. F. de. Os pilares da República. In: SOUZA, R. F. de. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 25-61.